

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar
Período de Análise: agosto de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital

Índice

Equipe técnica da CNA discute o Seguro Rural – Sítio Eletrônico da CNA - 06/08/2010	3
Bônus do PGPAF inclui 24 culturas em agosto – Sítio Eletrônico do MDA – 10/08/2010	4
Grandes grupos detêm 72% do crédito bancado pelo Tesouro – José Roberto Campos – Valor Econômico – 12/08/2010.....	4
BB quer multiplicar operações de seguro de preço para produtor rural – Agência Brasil – 24/08/2010	6
BB quer ampliar fatia de crédito rural de 32% para 36% - Célia Froufe - O Estado de São Paulo – 25/08/2010.....	8
BB prevê alta de 21% no crédito rural na safra 2010/2011 – Folha de São Paulo – 25/08/2010	9
Agricultores familiares terão colheitadeiras – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Mercado – 26/08/2010.....	9
Cassel assina convênios e lança nova linha de crédito para agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 27/08/2010.....	10
Mais Alimentos financia colheitadeiras para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 31/08/2010.....	11

Equipe técnica da CNA discute o Seguro Rural – Sítio Eletrônico da CNA -
06/08/2010

Equipe da CNA reunida com representantes do MAPA: debate sobre o Seguro Rural

Brasília (06/08/2010) – A equipe da Superintendência Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) participou nesta sexta-feira (06/08) de um workshop sobre seguro rural e subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e gestão de risco rural. A reunião, realizada na sede da CNA, em Brasília, contou com as presenças de Eustáquio Mesquita de Sant'Ana, Coordenador-Geral do Seguro Rural da Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e Ana Carolina Mera, coordenadora de planejamento e operacionalização do programa de subvenção do MAPA.

Na atividade rural, o resultado econômico positivo não depende só da eficiente aplicação dos fatores de produção, destacou a superintendente técnica da CNA, Rosemeire dos Santos, ao abrir a reunião. Por isso, é importante que haja gestão dos riscos que atingem a atividade agropecuária, com a adoção de medidas preventivas que possam minimizar a exposição a tais riscos, permitindo que o produtor seja ressarcido de eventuais prejuízos. No debate, a equipe da CNA pode tirar dúvidas sobre particularidades do seguro rural em suas áreas de atuação. Participaram técnicos que assessoram as Comissões da CNA dos segmentos de café, ovinos e caprinos, aquicultura, pecuária de corte e de leite, fruticultura, cereais, fibras e oleaginosas.

O seguro rural é um importante instrumento de gestão de risco, por proteger o produtor rural contra os efeitos causados por perdas decorrentes, principalmente, de fenômenos climáticos adversos, destacou Sant'Ana. Em suas diversas modalidades, cobre não só a atividade agrícola, mas também a pecuária, o patrimônio do produtor rural, seus produtos, o crédito para comercialização desses produtos, além da vida dos produtores. Nas modalidades agrícola, pecuário, florestal e aquícola, o seguro rural conta com subvenção do prêmio, que é o valor pago pelo produtor para contratar esse mecanismo de garantia.

No Brasil, a política de seguro rural teve início em 1954, com a publicação da Lei nº 2.168 que instituiu o seguro agrário. Era destinado à preservação das colheitas e dos rebanhos contra os riscos que lhe são peculiares. Atualmente, são cinco as principais referências nesse segmento: Decreto-Lei nº 73/66; Decreto nº 60.459/67, Decreto nº 61.589/67, Decreto nº 61.867/67 e, principalmente, a Lei Complementar nº 126/2007.

Dentre as vantagens obtidas pela difusão do seguro rural, Sant'Ana destacou que o mecanismo garante maior estabilidade da renda do produtor rural, facilita o acesso ao crédito rural, induz o uso de tecnologias e reduz a necessidade de renegociação e prorrogação de dívidas rurais. No ano passado, o mecanismo atendeu 56,3 mil produtores, com a contratação de 72,7 mil apólices. Foram 6,7 milhões de hectares protegidos; R\$ 9,7 bilhões em capitais segurados e R\$ 259,6 milhões em subvenção.

Assessoria de Comunicação da CNA
Fone: (61) 2109-1419/1411
www.canaldoprodutor.com.br

Bônus do PGPAF inclui 24 culturas em agosto – Sítio Eletrônico do MDA – 10/08/2010

Acaba de sair a lista de culturas que recebem bônus do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) em agosto. Estão incluídas 24 culturas (veja tabela [aqui](#)). A portaria foi publicada no Diário Oficial da União na segunda-feira (9). Os preços de mercado e o bônus de desconto referem-se ao mês de julho e têm validade para o período de 10 de agosto a 9 de setembro de 2010.

O produto com o maior bônus este mês é a borracha – bioma amazônia (64,29%) no estado do Acre. Já a cultura com maior número de estados que contam com o bônus é o milho (14 estados). Para esta lavoura, o maior bônus é no estado do Mato Grosso do Sul (35,03%).

Produtos da sociobiodiversidade também contam com bônus. Caso do babaçu (39,73% no Maranhão), açaí (13,04 em Rondônia), pequi (42,86% em Minas Gerais) e a piaçava (40,72% na Bahia).

O PGPAF possibilita que o agricultor familiar pague os financiamentos de custeio e investimento com um bônus (desconto), que corresponde à diferença entre os preços garantidores e o preço de mercado, nos casos em que o valor do produto financiado esteja abaixo do preço de garantia.

O bônus é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgado pela SAF/MDA. A Conab faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF. Os bônus das operações de custeio e investimento ficam limitados a R\$ 5 mil anuais por beneficiário do crédito rural.

Nas operações de investimento do Pronaf, o bônus pode ser concedido bastando que um único produto incluído no PGPAF seja gerador de 35%, ou mais, da renda estimada pelo agricultor para o pagamento do financiamento.

Atualmente, o Programa abrange 40 culturas: babaçu, açaí, borracha natural extrativa, pequi, piaçava, algodão, alho, amendoim, borracha natural, caprino de corte, ovinos de corte, castanha-do-brasil, carnaúba, girassol, juta, malva, sisal, sorgo, triticale, arroz, café conilon, café arábica, inhame, cará, castanha de caju, cebola, feijão, leite, mamona, milho, pimenta-do-reino, mandioca, soja, tomate, trigo, uva, banana, maçã abacaxi e cana-de-açúcar.

Grandes grupos detêm 72% do crédito bancado pelo Tesouro – José Roberto Campos – Valor Econômico – 12/08/2010

José Roberto Campos, de São Paulo
Dos R\$ 180 bilhões concedidos pelo Tesouro ao BNDES e emprestados pelo banco a juros subsidiados, R\$ 115,84 bilhões foram desembolsados até o início de julho. Eles se destinaram, na maior parte, às grandes empresas, que receberam 72% do total ou R\$ 83,45 bilhões. Até agora, 29% do dinheiro foi encaminhado para projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ou R\$ 33,2 bilhões. Os números mostram que os projetos do programa estão sendo financiados com emissão de dívida e bancados com

subsídios, e, também, que as grandes companhias se sentiram atraídas por juros inferiores aos de mercado para participar de negócios lucrativos - os do governo ou os próprios.

No repasse de pelo menos R\$ 100 bilhões de aporte do Tesouro, que emite títulos pagando a taxa Selic, o custo médio total para o tomador final do empréstimo do BNDES com recursos do Tesouro foi de 7,95% ao ano. A remuneração média do BNDES foi de 2,25% (inclui remuneração básica, taxa de risco de crédito e de intermediação financeira), um pouco menor para grandes empresas (2,18% ao ano), um pouco maior para as médias e pequenas empresas (2,68% e 2,67%, respectivamente).

O BNDES foi autorizado a receber o dinheiro do Tesouro por meio de duas medidas provisórias (MPs), que se transformaram nas leis 11.948, de 16 de junho de 2009, e 12.249, de 11 de junho de 2010. O banco trimestralmente presta conta exclusivamente do uso do dinheiro bancado pelos cofres públicos ao Congresso, mas não faz alarde sobre isso. A primeira prestação de contas do ano foi concluída em abril, a segunda, anteontem.

Há diferenças importantes entre elas. O relatório de abril aponta que o primeiro aporte do Tesouro foi integralmente desembolsado entre janeiro de 2009 e março de 2010. O segundo relatório inclui o aporte adicional de R\$ 80 bilhões, que sustentou a prorrogação do Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI), destinado a estimular a produção e exportação de bens de capital e inovações tecnológicas.

No repasse dos R\$ 80 bilhões é obrigatória a destinação de 25% às micro, pequenas e médias empresas. Entre a primeira e a segunda prestação de contas foram desembolsados R\$ 15 bilhões do dinheiro subsidiado, de modo que o primeiro relatório contém o destino da maior parte das verbas.

Por isso, na fatia de R\$ 100 bilhões já emprestada, o grau de concentração é maior. As grandes companhias ficaram com 78% dos desembolsos, ou R\$ 77,4 bilhões, e as restantes com 19% - 3% bancaram projetos de pessoas físicas. Quando se incluem recursos do segundo aporte, a concentração diminui ligeiramente e as demais empresas ficam com 23,5% dos R\$ 115 bilhões.

A trilha do dinheiro segue a atual concentração regional. Do total de recursos subsidiados até agora, 41,2% ficaram com o Sudeste, 16,4% com o Sul e 15,8% com o Nordeste. Projetos da Petrobras, como gasodutos e aumento da produção de gás e petróleo, que beneficiam mais de uma região, consumiram 13% do dinheiro, ou R\$ 15,1 bilhões.

Por meio do PAC, a União está subsidiando os investimentos da Petrobras, que fica com a parte do leão dos R\$ 33,2 bilhões desembolsados - R\$ 25,6 bilhões em empréstimos para a empresa e seus projetos na refinaria Abreu e Silva, em Pernambuco, na Transportadora Associada de Gás (TAG) e na Transportadora Gasene. As usinas hidrelétricas, como Jirau, Santo Antonio e Serra do Facão, compõem a maior parte dos financiamentos restantes, ao lado da concessionária de rodovias e projetos da Vale (R\$ 332,4 milhões, em especial para a ampliação da capacidade de transporte da estrada de ferro Carajás-EFC de 70 milhões para 103 de milhões de toneladas), Alcoa (R\$ 282,4

milhões) e CSN (R\$ 215 milhões).

Os desembolsos com recursos do Tesouro contemplaram principalmente a indústria de transformação (43,1%) e a infraestrutura (39,4%). Por gênero de atividade, metade dos R\$ 115 bilhões se agrupa em três setores: transporte terrestre (de cargas e passageiros, rodoviário, ferroviário e metroviário), que obteve R\$ 30,43 bilhões, fabricação de produtos derivados de petróleo e biocombustíveis (R\$ 22,2 bilhões) e eletricidade, gás e utilidades públicas (R\$ 8,9 bilhões).

O banco não discrimina as empresas que tomaram os recursos, apenas menciona algumas que obtiveram empréstimos relevantes. Dos R\$ 2,8 bilhões que o setor de telecomunicações recebeu no período, por exemplo, o relatório destaca que a Telemar Norte Leste, do grupo La Fonte e Andrade Gutierrez, ficou com quantia relevante para bancar seu programa de investimentos 2009-2011, da mesma forma que a Brasil Telecom, adquirida pela Telemar, para realizar a expansão da infraestrutura de rede e Tecnologia da Informação.

Participações significativas tiveram empréstimos para a Fibria, da Votorantim Papel e Celulose (para linha de produção de celulose branqueada de eucalipto em Três Lagoas), Anglo American Brasil, para a expansão da mina de Barro Alto, Cosan, para construção de unidade de produção de etanol e Thyssenkrupp Metalúrgica Campo Limpo, para financiamento de produção voltada à exportação.

Segundo o BNDES, os desembolsos de R\$ 115,8 bilhões bancados pelo Tesouro Nacional se desdobraram em um total de R\$ 172,1 bilhões, quando se incluem os recursos próprios. O banco financiou 100% de investimentos no montante de R\$ 47,3 bilhões, emprestou R\$ 8,3 bilhões para cobrir 90% de outros projetos e R\$ 15,2 bilhões para até 80%. Por meio de cálculos utilizando como base o sistema de contas nacionais do IBGE, o banco chegou à conclusão que seus financiamentos mantiveram ou ajudaram a criar 4,136 milhões de empregos, somados os diretos e indiretos.

BB quer multiplicar operações de seguro de preço para produtor rural – Agência Brasil – 24/08/2010

BRASÍLIA - O Banco do Brasil pretende multiplicar a quantidade de operações com seguro de preço para os produtores rurais. Com esse mecanismo, criado no ano passado, os produtores têm a opção de contratar a proteção contra a queda acentuada de preços por meio de opções de venda futura.

Na safra passada, os produtores contrataram essa modalidade de seguro para apenas R\$ 130 milhões em empréstimos. Esse valor representa 0,9% dos R\$ 14,9 bilhões contratados em custeio agrícola. Para a safra 2010/2011, segundo o vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Luís Carlos Guedes Pinto, a meta é aumentar a abrangência para 8%, ultrapassando R\$ 1 bilhão em operações de custeio protegidas por meio de opções de venda futura. Além disso, 60,7%, ou R\$ 9 bilhões, são protegidos com seguro agrícola.

"O Banco do Brasil montou um sistema, com base em toda a tecnologia disponível, para que os agricultores possam adquirir essa opção no momento que forem tomar crédito no banco. Estamos convencidos de que é essa é uma direção inevitável", afirmou. Pinto explicou que, na prática, o agricultor compra o direito de vender o seu produto por um preço previamente determinado na época do plantio.

O diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, José Carlos Vaz, disse que é preciso difundir a nova modalidade. "Tem que colocar isso no dia a dia, na prática do produtor. Temos que capacitar funcionários e o mercado também tem que apresentar liquidez. Quanto mais produtores usarem, melhores serão as condições da cobertura e menores serão os custos", explicou.

O Banco do Brasil informou que já foram realizados 35 cursos de treinamento com a capacitação de 1.200 funcionários na operacionalização da nova modalidade de seguro. O financiamento rural do banco é feito em 4.980 municípios, dos total de 5.565 municípios brasileiros.

Segundo Vaz, o seguro por meio de opção de venda futura tem como público alvo, atualmente, a classe média rural. Isso porque os da agricultura familiar estão protegidos com as garantias de preços mínimos dadas pelo governo federal e os grandes já acessam as bolsas por meio de suas corretoras.

Leia mais: <http://www.valoronline.com.br/?online/geral/229/6452191/bb-quer-multiplicar-operacoes-de-seguro-de-preco-para-produtor-rural&scrollX=0&scrollY=0&tamFonte=#ixzz0xa0t8ZTk>

Banco do Brasil prevê crescimento de 21% no crédito rural – Thais Bilenky – Agência Folha – 24/08/2010

O Banco do Brasil prevê aplicar R\$ 42 bilhões na safra 2010/2011, já iniciada, montante 20,7% maior do que na safra anterior, conforme documento divulgado nesta terça-feira.

As agências do banco operam, desde o mês passado, para contratação das linhas de crédito rural. Segundo a instituição, até a primeira quinzena de agosto, foram aplicados mais de R\$ 2,5 bilhões, um aumento de 11,6% em relação ao mesmo período da safra anterior. Do montante, R\$ 10 bilhões financiarão a agricultura familiar e R\$ 31,9 bilhões atenderão aos demais produtores, diz o BB.

O volume de crédito rural aplicado pelo Banco do Brasil na safra 2009/2010 aumentou 14,2% em relação à safra anterior, somando R\$ 34,7 bilhões, segundo a instituição.

Para agricultura familiar, foram destinados R\$ 8,7 bilhões, o que corresponde a um incremento de 22,7% em relação à safra 2008/2009. O restante de R\$ 26 bilhões se destinou aos demais produtores e cooperativas, que receberam 11,6% a mais do que no período anterior. "Neste ano agrícola, o custo de produção foi, na média, relativamente

10% a 15% inferior ao custo de 2008/09", analisa Luis Carlos Guedes Pinto, vice-presidente de agronegócios do BB.

Na safra atual, o BB contratou R\$ 14,9 bilhões, dos quais 60,7% (R\$ 9 bilhões) foram divididos entre o seguro agrícola e o Proagro, como forma de reduzir o impacto de intempéries.

A média histórica de inadimplência é de 2%, mas, com a crise de 2004 e as ações tomadas em 2007, a administração das carteiras passaram a incluir custo e risco maiores de inadimplência. A carteira contratada a partir de 2007, ou a carteira não prorrogada, tem provisões, riscos e inadimplência menores.

Dos R\$ 70 bilhões da carteira atual, R\$ 60 bilhões correspondem às carteiras não prorrogadas ou contratadas a partir de 2007. A inadimplência para esse modelo era de 1,8% em 30 de junho de 2010, 2% em 31 de dezembro de 2009 e 2,2% em 30 de setembro de 2009.

No total das carteiras, em 30 de junho último, foi apresentada inadimplência de 2,3%, que era 3,3% em dezembro de 2009, e 3,8% em setembro.

BB quer ampliar fatia de crédito rural de 32% para 36% - Célia Froufe - O Estado de São Paulo – 25/08/2010

O Banco do Brasil (BB) pretende aumentar sua participação em empréstimos para a produção agrícola na safra 2010/2011 de 32% para 36% ao oferecer R\$ 42 bilhões em crédito do total previsto de R\$ 116 bilhões pelo governo. No ciclo de produção passado, a instituição financiou o setor com R\$ 34,7 bilhões, dos R\$ 108 bilhões disponíveis.

Se a meta for atingida, haverá um aumento de 20,7% em relação à safra anterior. "O Banco do Brasil continua na liderança destacada de financiamento para o setor", disse ontem o vice-presidente de Agronegócios, Luís Carlos Guedes Pinto. Segundo ele, dos R\$ 70,3 bilhões de crédito rural em circulação, 60,5% são recursos do sistema financeiro aplicados pelo BB.

Desde 1.º de julho, quando começa oficialmente a safra, o interessado pode captar os recursos. Nos primeiros 45 dias de oferta, o BB já emprestou R\$ 2,5 bilhões - um aumento de 11,6% em relação ao mesmo período da safra 2009/2010. O diretor de Agronegócios da instituição, José Carlos Vaz, afirmou que, se a demanda for maior, há recursos para atender aos produtores. Na safra passada, o BB aplicou R\$ 34,7 bilhões, da estimativa total de R\$ 39 bilhões.

Inadimplência. Apesar da presença cada vez maior do banco no setor, o nível de inadimplência do crédito concedido pelo BB caminha de volta à sua média histórica, de 2%. No fim da safra passada, estava em 2,3% dos R\$ 70 bilhões de recursos a produtores e cooperativas. O percentual é inferior aos 3,3% de dezembro de 2009 e setembro de 2009, quando atingiu o pico de 3,8% ainda como reflexo da crise

internacional. "Há uma clara redução da inadimplência", disse Vaz.

O dado só não está melhor porque nesse bolo estão contratos assinados de 2004 a 2006, quando o setorteve problemas climáticos e grande diferença cambial, plantando com dólar caro e colhendo após a desvalorização. Os financiamentos atrasados desse grupo somam R\$ 10 bilhões. Apesar de mais elevada, a inadimplência também segue em baixa: estava em 9,8% em setembro de 2009 e atingiu 5,2% em junho de 2010. "É uma carteira em que a situação dos produtores é mais frágil", disse o diretor.

Opções. Para evitar a inadimplência, o BB quer atrair um maior número de **produtores rurais** para o programa de seguro contra o risco da queda dos preços agrícolas. No primeiro ano, a adesão foi baixa - apenas 0,9% dos R\$ 14,9 bilhões contratados para custeio agrícola. A intenção é atingir 8% no ciclo atual.

Preço garantido
O seguro para produtos agrícolas garante o preço do produto na colheita, e o banco paga a diferença de uma possível desvalorização, protegendo o produtor de uma queda acentuada de preços.

BB prevê alta de 21% no crédito rural na safra 2010/2011 – Folha de São Paulo – 25/08/2010

DE BRASÍLIA - O BB prevê liberar R\$ 42 bilhões na safra 2010/2011, já iniciada, 20,7% mais do que na safra anterior. As agências operam desde julho. Até a primeira quinzena de agosto, foram aplicados mais de R\$ 2,5 bilhões, 11,6% acima da safra anterior. Do total que deverá ser aplicado, R\$ 10 bilhões deverão ir para a **agricultura familiar**. Na safra atual, o BB contratou R\$ 14,9 bilhões -60,7% foram para o seguro agrícola e o Proagro, para reduzir o impacto de intempéries.

Agricultores familiares terão colheitadeiras – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Mercado – 26/08/2010

Após tratores e caminhões de pequeno porte, o governo incluirá também colheitadeiras de grãos no "Mais Alimentos", programa que permite ao agricultor familiar investir em modernização e aquisição de máquinas e de novos equipamentos. A partir da próxima semana, na Expointer, tradicional feira agrícola realizada no Rio Grande do Sul, os pequenos produtores já poderão fazer os pedidos de financiamento dessas máquinas.
"Há uma boa demanda por esses produtos [colheitadeiras] na agricultura familiar", diz Guilherme Cassel, ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Após dois meses de negociação com as indústrias, ficou acertado que as colheitadeiras incluídas no programa terão preços entre R\$ 194 mil e R\$ 290 mil, diz o ministro. São máquinas consideradas de médio porte e que devem ser apropriadas a operar na topografia das pequenas propriedades. O limite de empréstimo por família é de R\$ 130 mil, insuficiente para a aquisição das máquinas, mas "o objetivo é que cinco, seis ou até dez pequenos agricultores vizinhos se unam para adquirir o equipamento", diz Cassel. Com o investimento que fazem para pagar a colheita, em poucos anos os produtores conseguirão quitar a colheitadeira, diz ele. Cassel diz que as indústrias não terão problemas para o fornecimento das máquinas e que a espera para recebimento das colheitadeiras deverá ser de 60 a 90 dias. O financiamento terá juro de 2% ao ano. O prazo de pagamento é de dez anos, com três de carência.

Cassel assina convênios e lança nova linha de crédito para agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 27/08/2010

A agricultura familiar será um dos focos dos debates e anúncios que vão ocorrer durante a Expointer 2010, que começou no sábado (28), e prossegue até o dia 5 de setembro no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio (RS). A partir desta segunda-feira (30), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, participa de uma série de atividades que contemplam anúncio de nova linha de crédito para qualificação das propriedades familiar, parcerias, convênios e debate com entidades representativas do setor.

A agenda do ministro no Rio Grande do Sul começa nesta segunda-feira (30), quando participa de cerimônia na Fiergs de celebração de contrato entre o MDA e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL/RS) para elaborar estudo técnico sobre a produção de etanol em indústria de pequena escala a partir de sistema integrado de produção, em regime associativo. O estudo vai analisar os impactos socioeconômicos da integração da produção de cana-de-açúcar à cadeia do leite para a produção de biocombustíveis na região Noroeste do Rio Grande do Sul. A análise de viabilidade econômica e financeira para implantação de um projeto piloto será realizada no município de Candido Godói. A cerimônia será realizada nesta segunda-feira (30), a partir das 15h, na sede da Fiergs e terá a presença do ministro Guilherme Cassel e do presidente da Fiergs, Paulo Tigre.

Na terça-feira (31), a partir das 9h30, no gabinete da reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o ministro Guilherme Cassel e o reitor Carlos Alexandre Netto assinam termo de cooperação para criação de um programa de pós graduação em desenvolvimento rural e de um programa de capacitação para técnicos e gestores em Cabo Verde. O convênio é a parte da agenda de cooperação internacional do Brasil com a África definida em reunião com 43 ministros da agricultura de países deste continente, realizada em abril.

O acordo prevê intercâmbio para difundir as políticas de desenvolvimento rural e de fortalecimento da agricultura familiar. Ainda na terça-feira, a partir do meio-dia, Cassel participa de reunião e almoço na sede do Banco do Brasil, na Expointer, com dirigentes

do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas no Rio Grande do Sul (Simers), Anfavea e Abimaq.

Neste encontro, o ministro apresentará a nova modalidade de financiamento do Mais Alimentos que vai permitir aos produtores adquirir colheitadeiras a valores compatíveis e adequadas ao padrão da agricultura familiar. Logo após o almoço, às 14h, o ministro participa de coletiva à imprensa com o presidente do Simers, Cláudio Bier, no auditório da entidade na Expointer.

Na quarta-feira (1º), o ministro Guilherme Cassel participa do debate "Agricultura Familiar, Renda e a Produção de Alimentos", promovido pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetag). O seminário será realizado na Casa RBS, no Parque da Expointer, a partir das 9h. Além do ministro, participam o presidente da Fetag, Elton Weber, e o presidente da Ocergs-Sescoop/RS, Vergílio Perius.

Mais Alimentos financia colheitadeiras para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 31/08/2010

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel apresentou nesta terça-feira(31), a nova linha de crédito especial do Pronaf durante coletiva à imprensa, no auditório do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas no Rio Grande do Sul (Simers), na Expointer. O ministro lembrou que o Brasil descobriu uma agricultura familiar produtiva, responsável pela oferta de 70% dos alimentos que são consumidos pelos brasileiros. Cassel ressaltou a importância do Programa Mais Alimentos na qualificação e modernização tanto da agricultura familiar quanto da sustentação da indústria de máquinas e implementos agrícolas.

A partir desta terça-feira (31), o Mais Alimentos passa oficialmente a financiar colheitadeiras para a agricultura familiar. São cinco modelos que serão comercializados com descontos médios de 18% em relação aos preços de mercado. O desconto para os agricultores familiares é resultado de um acordo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Simers, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). O ministro disse que até o mês de julho o Mais Alimentos tinha mais de quatro mil itens credenciados para apoiar a produção da agricultura familiar.

A nova linha de financiamento do Mais Alimentos anunciada por Cassel, propicia o retorno ao mercado das colheitadeiras de Classe III, cuja produção havia sido descontinuada pela indústria. Trata-se de um modelo desenvolvido pela Semeato, empresa com sede em Passo Fundo (RS). Também serão financiados quatro modelos de Classe IV, fabricados por New Holland, John Deere, Massey Ferguson e Valtra. Os preços e descrições das colheitadeiras estão no portal do MDA (www.mda.gov.br), no endereço <http://www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/maisalimentos>.

O ministro ainda lembrou que no pior momento da crise, em 2009, o Mais Alimentos respondeu por 50% das vendas da indústria de tratores no País. Como o valor das colheitadeiras excede o limite individual de compra do Mais Alimentos (R\$ 130 mil),

elas serão comercializadas por meio da apresentação de projetos coletivos, que reúnem mais de um produtor, respeitando-se o limite máximo de R\$ 500 mil. Esta modalidade foi instituída no Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011.

Como nos projetos individuais, a viabilidade dos projetos apresentados pelos agricultores familiares às instituições bancárias precisa ser comprovada por serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). As condições de pagamento são as mesmas dos projetos individuais: prazo de até dez anos para pagar o financiamento, com até três anos de carência e juros de 2% ao ano. Os contratos do Pronaf Mais Alimentos são vinculados ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF).

Acesso a novas tecnologias

O financiamento de colheitadeiras consolida o acesso da agricultura familiar a novas tecnologias. Os investimentos em infraestrutura das propriedades familiares propiciados pelo Mais Alimentos contemplam colheitadeiras, tratores, veículos de transporte de máquinas e equipamentos agrícolas e projetos como silos, sistemas de ordenha e irrigação, resfriadores e correção de solo.

O Programa atende os seguintes produtos e atividades: açafrão, arroz, café, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo, além das atividades de fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Convênio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Pela manhã, no gabinete da reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o ministro Guilherme Cassel e o reitor Carlos Alexandre Netto assinaram termo de cooperação para criação de um programa de pós graduação em desenvolvimento rural e de um programa de capacitação para técnicos e gestores em Cabo Verde. O ministro Cassel ressaltou que “essa parceria vai permitir a avaliação e a correção de rumo na aplicação de políticas públicas que tem ajudado o MDA na definição de programas que de fato atendem às necessidades das comunidades rurais do Brasil e agora às comunidades africanas.”

A UFRGS vai instalar em Cabo Verde um pólo de estudos de desenvolvimento rural na África, o que vai permitir que professores e alunos da UFRGS acompanhem e orientem os agricultores africanos. O MDA vai oferecer know how e políticas públicas, em um intercâmbio para difundir conhecimentos e experiências de políticas públicas de desenvolvimento rural e de fortalecimento da agricultura familiar com Cabo Verde.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do Desenvolvimento Agrário

